

## LÍNGUAS

### CORTADAS: LADY CHATTERLEY e o amante DELA em PORTUGUÊS

João Ferreira Duarte  
Universidade de Lisboa

*[W]ould you approve of your young sons, young daughters – because girls can read as well as boys – reading this book. Is it a book that you would have lying around in your own house? Is it a book that you would even wish your wife or your servants to read?*

The Trial of Lady Chatterley

Uma guerra obriga à travessia de fronteiras, também étnicas, culturais e linguísticas. Vinda da recente guerra de invasão do Iraque, que mobilizou um batalhão de tradutores e intérpretes, surgiu num jornal diário português a notícia que passo a resumir: um jovem curdo da cidade fronteiriça de Diarbaquir, que traduziu para o referido jornal e para um canal da televisão belga uma entrevista com o dirigente máximo de um ilegalizado partido curdo, foi pouco depois abordado por um agente da polícia turca, que o acusou de ter traduzido algo que não era bom. A intimação e intimidação do agente, citada pelo tradutor e re-citada pelo jornalista, teria sido expressa nos seguintes termos: “vamos cortar-te a língua para não fales tantas línguas” (*Público*, 23/3/2003).

Valerá a pena reflectir um pouco sobre as implicações do sinistro trocadilho do polícia turco, quanto mais não seja porque o episódio introduz alegorizadamente a argumentação que pretendo desenvolver neste trabalho. Notemos em primeiro lugar o paradoxo que tem acompanhado a tradução ao longo da história e aqui cruamente reiterado: é que, sendo uma prática que se define ontologicamente pelo cruzamento de fronteiras – linguísticas e culturais –, torna justamente por isso mais visíveis as linhas divisórias, convidando assim à reasserção da sua autoridade sob formas tanto mais violentas quanto mais policiadas forem as fronteiras transgredidas pelo acto tradutório. A história da tradução da Bíblia nos séculos XV e XVI é a este res-

>>

peito exemplar. Uma segunda lição a reter prende-se com a instrumentalidade da tradução, a sua sobredeterminação pragmática, simultaneamente agente e agida no jogo contingente de normas, ideologias e estruturas de poder. Aparentemente inócuas nas suas funções comunicacionais do quotidiano, a tradução desvela o exercício nu da violência etnocêntrica, como diria Lawrence Venuti (1995: 18-22), em situações especialmente conflituais sejam elas de natureza ética, religiosa, política ou outra. É então que o texto, escrito ou oral, se torna "sensível" (*vide* Simms, 1997) e a tarefa do tradutor arriscada; é então que tende a ocorrer a mutilação ou automutilação das línguas e a vigilância das fronteiras exige precauções tradutórias; é então que o tradutor é deslocável para precárias posições marginais tais como as de espião, herege, subversivo, obsceno, etc. O exemplo da história recente da tradução em Portugal que adiante apresentarei é apenas um incidente menor na longa e por vezes trágica narrativa das línguas cortadas.

É historicamente documentável que a tradução desperta paixões, promove controvérsias, incita ao debate, intervém na mudança cultural, é convocada para interferir pedagogica e politicamente na vida das instituições, na configuração dos costumes, na constituição das ideologias, no desenvolvimento das línguas. Desde S. Jerónimo ao polícia turco, a tradução persiste num registo agonístico e ambivalente, ao mesmo tempo forma de exercício da violência e objecto de violentação. Se nos interrogarmos sobre quais os motivos que podem justificar tal estado de coisas, a resposta mais plausível à luz da refundação que o estudo da tradução experimentou nas últimas décadas recai sobre o papel central que a tradução desempenha na *constituição de identidades culturais*.

Enunciado desta maneira, desde logo se vê que o "problema" da tradução não se deixa captar por uma lógica essencialista, aquela cujo objecto se limita à demarcação das propriedades do "próprio"; pelo contrário, a tradução é uma *apropriação* que, como sugere Annie Brisset, "cria diferença" (1996:

6), isto é, não só torna manifesta a natureza provisória, relacional, do idêntico-a-si, mas também, e por isso mesmo, se revela enquanto constante negociação da alteridade: estou a falar, genericamente, de todos os processos que instituem essa barra movediça que separa o eu do Outro, o original da tradução, o turco do curdo.

No campo dos estudos de tradução o tema da identidade tem figurado de modo mais ou menos proeminente e promete continuar a marcar a agenda futura da investigação, como o prova o congresso inaugural da International Association for Translation and Intercultural Studies, a realizar na Coreia do Sul em Agosto de 2004 com o tópico geral "Translation and the Construction of Identity". Não admira que assim seja: a tradução constitui no interior da cultura de chegada uma arena discursiva privilegiada para a confrontação com o Outro, a potencial invasão do Mesmo pelo estranho/estrangeiro, que ameaça violar os códigos e as convenções, contaminar o sistema de representações da comunidade que a acolhe e perturbar inteligibilidades estabelecidas. Daí a sua eficácia na constituição e re-constituição de identidades domésticas. Annie Brisset, em *A Sociocritique of Translation*, um estudo da função das traduções na renovação do teatro no Quebeque durante as décadas de 70 e 80 do século passado, mostra claramente como a tradução foi instrumentalizada na promoção do mito de uma língua própria do Quebeque, supostamente distinta do francês, servindo os propósitos xenófobos da ideologia separatista, alimentando uma concepção de identidade nacional modelada na negação de um triplo Outro: o francês canónico da metrópole imperial, o inglês dominante no restante território canadiano e em particular no poderoso vizinho americano e as comunidades de imigrantes, que ameaçavam diluir na pluralidade de línguas e costumes a pureza imaginária do idêntico (Brisset 1996: 162-194).

Também Clem Robyns, em "Translation and Discursive Identity", teoriza o carácter confrontacional da tradução ao serviço de uma dinâmica de permanente autodefinição; o autor

>>

apresenta uma tipologia de quatro “atitudes” que governam diferencialmente as relações que os discursos mantêm entre si em situação de alteridade: uma atitude *imperialista* é aquela em que o Outro é negado; uma atitude *defensiva* é aquela em que o Outro é reconhecido mas transformado; uma atitude *transdiscursiva* é a que não se opõe radicalmente ao Outro nem recusa a sua intromissão; finalmente, uma atitude *defectiva* estimula a introdução de elementos estrangeiros e reconhece-os explicitamente enquanto tais (1994: 408-409). Por outras palavras, propõe-se aqui um modelo interessante de análise para averiguar os diferentes posicionamentos com que as formações discursivas negociam as suas relações com o Outro em condições de desigualdade cultural: trata-se de um verdadeiro *indicador de identidade* que funciona em complexos ambientes interculturais e institucionais onde o exercício da dominação tende a deslocar-se consoante se observa o comportamento de polisistemas ou de políticas editoriais ou da acção do mecenato ou de estratégias individuais de tradução.

Clem Robyns demonstra que a identidade é da ordem do plural e do contextual, é de modo análogo argumenta Lawrence Venuti em *The Scandals of Translation*. É bem conhecida a sua tese central: a tradução, em todos os seus momentos, responde a agendas em vigor na cultura de chegada; a representação do estrangeiro obedece a valores éticos, estéticos e políticos dos públicos receptores, daí a sua função “narcisista”:

Translation forms domestic subjects by enabling a process of “mirroring” or self-recognition: the foreign text becomes intelligible when the reader recognizes himself or herself in the translation by identifying the domestic values that motivated the selection of that particular foreign text, and that are inscribed in it through a particular discursive strategy. (1998, 77)

São distintas aqui as marcas, muito simplificadas, de Lacan e Althusser, em textos hoje canónicos na discussão sobre a identidade, mais visíveis ainda quando adiante Venuti acres-

centa que o reconhecimento especular do sujeito face ao texto traduzido é na realidade *méconnaissance*, ou seja, o leitor confunde uma apropriação doméstica com o texto de partida naquilo que de facto constitui o efeito recalcadamente manipulatório que legitima a circulação social de traduções: como se fossem originais.

Cumpre dizer, no entanto, que não me interessa nesta comunicação discutir e desenvolver as questões teóricas explícitas e implícitas nos trabalhos de Brisset, Robyns e Venuti sobre as relações entre tradução e identidade para lá da função de enquadramento conceptual ao breve estudo de um caso paradigmático de línguas cortadas, ou talvez menos metaforicamente, de manipulação censória de um original: trata-se da versão portuguesa do romance de D. H. Lawrence *Lady Chatterley's Lover*, traduzido por Maria Teresa Pinto Pereira e publicado em 1982 pela editora Europa-América na sua famosa série de Livros de Bolso, um caso cuja estranha actualidade se pode medir pelo facto de ter sido reeditada em 1994, em 1997 e, já em 2003, seleccionada pelo jornal *Público* para integrar a colecção de obras literárias semanalmente postas ao dispor dos leitores a preços reduzidos.

Eis aqui um texto de partida susceptível de se transformar, dadas as condições propícias na cultura de chegada, num problema tradutório. Como é bem sabido, trata-se de uma obra que, desde a sua primeira publicação em 1928, levou uma vida clandestina entre a pornografia e o erotismo, proibida, expurgada, censurada, pirateada, vendida sob o balcão, lida como rito de passagem ou estimulante sexual, por fim objecto de históricos processos judiciais, primeiro nos Estados Unidos após a publicação do texto integral pela editora Grove Press, em 1959 e no ano seguinte na Grã-Bretanha sequente à publicação da edição de bolso pela prestigiada Penguin. Acusada de imoralidade e obscenidade, *Lady Chatterley's Lover* acabou por se tornar numa espécie de cartilha de libertação para os anos 60 e o seu autor num herói de culto.

>>

Do ponto de vista da sua transferência através de línguas e culturas, o problema com que o tradutor se pode defrontar não diz respeito às descrições do acto sexual, que para o leitor actual surgem, na melhor das hipóteses, como exercícios de eufemismo ingénuo; muito menos se prende com a alegada promoção do adultério, como advogavam os acusadores norte-americano e britânico; nem sequer com a perigosa exaltação da sexualidade feminina, algo difícil de sustentar depois de Kate Millett. O problema, clássico para as instituições e os discursos que regulam a produção e disseminação de traduções no Ocidente, é análogo ao que John Dryden chamava, em 1711, “the gross expressions of Billingsgate, or Moorfields and Bartholomew Fair” (Schulte/Biguenet, 1992: 31) e Alexander Fraser Tytler, em 1790, “epithets and appellations which sound extremely shocking to our (...) polished ears, because we never hear them employed but by the meanest and most degraded of the populace” (Lefevere, 1992: 134). Refiro-me, evidentemente, ao aspecto que no romance mais contribuiu não só para a sua anatemização pública pelo menos até à absolvição nos processos que lhe foram movidos, mas também para a sua redenção posterior: o uso do vocabulário dito obsceno, um problema que, diga-se em jeito de aparte, se transferiu hoje da tradução literária para a tradução audiovisual.

Tenho falado de problema de tradução; é tempo de exemplificar por meio da comparação de segmentos textuais considerados equivalentes no original (a.: Lawrence, 1961) e na tradução (b.: Lawrence, 1982).

1. a. ‘Dunna ax me nowt now,’ he said. ‘Let me be. I like thee. I luv thee when tha lies theer. A women’s a lovely thing when ’er’s deep ter fuck, and cunt’s good (...)’ (221)
- b. – Não me perguntes nada. Deixa-me continuar assim. Gosto de ti. Amo-te quando estás aí. É bom ter uma mulher. (207)
2. a. The world is all alike: kill off the human reality, a quid for every foreskin, two quid for each pair of balls. What is cunt

but machine-fucking! – It's all alike. Pay 'em money to cut off the world's cock. (226)

- b. O mundo é todo igual. A realidade humana vai sendo eliminada, um prepúcio, um sexo estão à venda. O próprio amor é uma fornicção mecânica. É tudo igual. Dêem-lhes dinheiro e eles cortam o pênis ao mundo. (211)
- 3.a. And his finger-tips touched the two secret openings to her body, time after time, with a soft little brush of fire.  
'An' if tha shits an' if tha pisses, I'm glad. I don't want a woman as couldna shit nor piss.' Connie could not help a sudden snort of astonished laughter, but he went on unmoved.  
'Tha'rt real, tha art! Tha'rt real, even a bit of a bitch. Here tha shits an' there tha' pisses: an' I lay my hand on 'em both an' like thee for it.' (232)
- b. E com os dedos tocava as duas entradas secretas do corpo dela, continuamente, como se fossem uma escova pequena e macia.  
– E se evacuas e urinas, tanto melhor. Não quero uma mulher que não evacue e urine.  
Connie mal conseguiu reter uma gargalhada de espanto, mas ele prosseguiu, impassível.  
– És mesmo verdadeira, mesmo mulher. Até um pouco prostituta. E por aqui evacuas e por aqui urinas, e eu ponho a mão nos dois sítios e gosto de ti por causa disso. (217)

Os três passos aqui transcritos poderiam ser funcionalmente multiplicados, como se depreende. O que ressalta deles, tendo em conta não só a argumentação aqui posta em marcha, mas também a memória de proibicionismo que o romance conserva, é o trabalho de sistemática supressão da terminologia obscena conspícua no texto de partida e que o acusador no julgamento de Old Bailey se encarregou de quantificar:

The word "fuck" or "fucking" occurs no less than thirty times. I have added them up, but I do not guarantee that I have added them all up. "Cunt" fourteen times; "balls" thirteen times; "shit" and "arse" six times apiece; "cock" four times; "piss" three times, and so on. (Rolph, 1961: 20)

Confrontado com material julgado imoral, indecente, indecoroso ou degradante segundo os códigos dominantes na comunidade a que a tradução se dirige, quais os procedimentos à disposição do tradutor? Basicamente dois: ou o tradutor opta pela estratégia da não-tradução, ou pela substituição no texto de chegada de materiais *adequados* por materiais *aceitáveis*, para usar aqui o conhecido léxico de Gideon Toury. Ambas as soluções são adoptadas pela tradutora, a primeira ocasionalmente, como em 1.b., a segunda, preferencialmente. Assim, em 2.a. e b. "cunt" dá lugar a "amor", "fucking", a "fornicação" e "cock", a "pénis"; em 3.a. e b. "shits" é substituído por "evacuas" e "pisses", por "urinas". Outras variantes são, por exemplo, "possuir" para "fuck", "amor" ou "acto sexual" para "fucking" e "fornicador" para "fucker".

Se se pode afirmar que a tradução constitui uma reinvenção do Outro, então o estrangeiro é aqui radicalmente domesticado, a sua alteridade negada e a identidade travestida de molde a reduzir a promessa de escândalo e a denúncia de obscenidade que assinalaram a história da recepção da obra desde a sua primeira publicação. A extensão e consequências deste processo de *mise-en-exile* do original pode ser apercebido através dos excertos seguintes:

- 4.a. When he came back she was still lying there, glowing like a gipsy. He sat on a stool by her.  
 'Tha mun come one naight ter th' cottage, afore tha goos; shall ter? he asked, lifting his eyebrows as he looked at her, his hands dangling between his knees.  
 'Sholl ter?' she echoed, teasing.  
 He smiled.  
 'Ay, sholl ter?' he repeated.  
 'Ay!?' she said, imitating the dialect sound.  
 'Yi' she said.  
 'Yi!' she repeated.  
 'An' slaip wi' me,' he said. 'It needs that, When sholt come?'  
 'When sholl I?' she said.  
 'Nay,' he said, 'tha canna do't. When sholt come then?'

"Appen Sunday,' she said.  
 "Appen a' Sunday! Ay!"  
 He laughed at her quickly.  
 'Nay, tha canna', he protested.  
 'Why canna I?' she said.  
 He laughed. Her attempts at the dialect were so ludicrous,  
 somehow.  
 'Coom then, tha mun goo!' he said.  
 'Mun I?' she said.  
 'Mun Ah!' he corrected.  
 'Why should I say *maun* when you said *mun*?' she protested.  
 'You're not playing fair.'  
 'Arena Ah!' he said, leaning forward and softly stroking her  
 face. >>  
 'Th'art good cunt, though, aren't ter? Best bit o' cunt left on  
 earth. When ter likes! When tha'rt willin'!' .  
 'What is cunt?' she said.  
 'An' doesn't ter know? Cunt! It's thee down thee; an' what I  
 get when I'm i'side thee, and what tha gets when I'm i'side  
 thee; it's a' as it is, all on't.'  
 'All on't,' she teased. 'Cunt! It's like fuck then.'  
 'Nay nay! Fuck's only what you do. Animals fuck. But cunt's a  
 lot more than that. It's thee, dost see: an' tha'rt a lot besides  
 an animal, aren't ter? – even ter fuck? Cunt! Eh, that's the  
 beauty o' thee, lass!' (184-85)

- 4.b. Quando ele voltou, ela continuava deitada, atraente como uma cigana. Ele sentou-se no banco junto dela.
- Tens de vir uma noite à casa de campo antes de te ires embora, está bem? – perguntou, levantando as sobrancelhas, enquanto olhava as mãos que baluçavam entre os joelhos.
- Falava em dialecto.
- Vens? – repetiu Connie, imitando o dialecto, trocista.
- Ele sorriu.
- Vens? – repetiu ele.
- Ela ia repetindo o dialecto nas frases seguintes.
- E dormirás comigo? É necessário. Quando vens?
- Talvez no Domingo.
- Ele troçava.
- Não consegues imitar-me.
- Porquê?

Ela ria. Ela era cómica a imitar o dialecto.  
 — Bem, temos de nos ir embora.  
 Estava inclinado sobre ela e fazia-lhe festas na cara.  
 — És muito boa em baixo quando queres.  
 — Que quer isso dizer, em baixo?  
 — Não sabes?  
 — É beijar?  
 — Não. Beijar é outra coisa. Mas tu, oh!, tu és um animal a fazer amor. (175)

162>163

Vale a pena determo-nos um pouco sobre este passo, notável tanto no texto de partida como no de chegada, embora por razões diferentes. Trata-se de um momento em que a linguagem enquanto prática social *significa* na economia narrativa, isto é, se torna metalinguagem. Mellors, o coiteiro, é representado como bilingue, capaz de operar contínuos deslocamentos entre o inglês padrão e o dialecto dos Midlands, que Lawrence se esforça por representar grafematicamente; a relação entre a língua padrão e o sub-padrão simboliza a dualidade de pontos de vista e comportamentos de classe, com especial incidência sobre a sexualidade. Por isso, é importante que Constance queira imitar o dialecto de Mellors e falhe, situando-se assim, tal como o amante dela, numa posição de desidentificação relativamente a todas as dualidades: nem um nem outro, antes uma espécie de terreno *in-between* que é o cenário utópico do eco-sexo lawrenciano. Se é verdade que 4.a. tematiza este núcleo de significação no romance, também é verdade que dele não restam vestígios em 4.b., na medida em que a representação do dialecto é totalmente rasurada no texto de chegada. Ou melhor: o cancelamento do dialecto deixa, sim, marcas indirectas: os enunciados “Falava em dialecto” e “Ela ia repetindo o dialecto nas frases seguintes” são adições da tradutora sem equivalente no texto de partida; eles não traduzem o original, descrevem-no, inscrevendo desse modo o sujeito da tradução no texto traduzido, transformando o tradutor num narrador.

Também a pergunta de Constance pelo sentido, “What is cunt?”, pertence ao mesmo nível de significação sociolinguística. Aliás, o diálogo pode ser lido como uma iniciação que atravessa o género e a classe, a pedagogia da língua que fala “the root of the matter”, como afirma Lawrence numa carta de 1929 (*apud* Gertzman, 1989: 211) e reafirma em “A propos of *Lady Chatterley’s Lover*” (1930): “If I use the taboo words, there is a reason. We shall never free the phallic reality from the ‘uplift’ taint till we give it its own phallic language, and use the obscene words” (1968: 514). A edição do nosso texto de chegada contém uma “Nota Introdutória” anónima onde se diz: “É irónico o facto de este livro ter sido considerado imoral por fazer uso de certas palavras (...), quando, afinal, está cheio de intenções morais” (1982: 10); uma dupla ironia acontece aqui, porque, como se vê neste passo representativo do destino da “linguagem fálica” na tradução, nada justificaria tal asserção. O leitor português que desconhece a história escandalosa do original pode, por isso, legitimamente interrogar-se sobre de que “certas palavras” se trata e, se continuar a interrogação, suspeitar de que a verdadeira identidade do Outro foi de algum modo contrafeita.

Assim, a necessidade de ocultar a nomenclatura obscena, em conjugação com o cancelamento do dialecto, leva à drástica abreviação da parte final do excerto e à substituição de “cunt” por “em baixo” e de “fuck” por “beijar”; contudo, como a função principal destes signos não é a denotação mas a auto-referência, o diálogo de chegada torna-se num cómico exercício em discurso do absurdo: Constance ignora inverosimilmente o sentido de “em baixo” ou confunde-o com o de “beijar”! Além disso, e de modo ainda mais transformativo, a resposta às perguntas de Constance elaborada por Mellors na distinção entre “cunt” e “fuck” – “cunt” é uma sinédoque da identidade feminina e “fuck” descreve o comportamento sexual dos animais – é radicalmente subvertida no texto traduzido, ou melhor, invertida, na medida em que a personagem portuguesa diz exacta-

mente o contrário da personagem inglesa: "Animals fuck. But cunt's a lot more than that. It's thee, dost see: an' tha'rt a lot besides an animal, aren't ter? – even ter fuck? Cunt! Eh, that's the beauty o' thee, lass!" torna-se "Mas tu, oh!, tu és um animal a fazer amor". Usando uma linguagem vagamente freudiana, dir-se-ia que o recalçamento da sexualidade (dos seus símbolos verbais) obriga à instabilização do sujeito e à consideração do seu discurso enquanto *sintoma*: não se poderá falar de uma patologia da tradução?

164>165

É tempo agora de empreender uma aproximação menos hermenêutica e mais empírica ao nosso objecto. Há muito que os estudos de tradução deixaram de ser uma prática normativa ou puramente contrastiva; os protocolos cognitivos da disciplina privilegiam hoje a investigação dos fenómenos tradutórios – incluindo a não-tradução – no(s) contexto(s) da cultura de chegada como resposta a normas, agendas ou constrangimentos locais. No caso da tradução que tenho vindo a analisar, a pergunta metodologicamente imperiosa é a seguinte: como explicar o radical trabalho de excisão de elementos histórica e textualmente essenciais no original? Que motivação terá levado à *deliberada* expurgação de aspectos cruciais para o entendimento da sua estrutura de significação textual e social? Uma resposta possível no contexto político português do século XX é de imediato eliminável: à data da publicação do texto traduzido, as práticas censórias do Estado Novo, que proibiam a divulgação de material julgado obsceno ou erótico, tinham sido abolidas, como se sabe. Do ponto de vista da legislação, nada obstava à circulação de obras literárias contendo cenas ou palavras deste tipo, como demonstra, por exemplo, a publicação em 1975 da versão portuguesa de *Sexus*, de Henry Miller, onde não existe qualquer preocupação em mitigar, muito menos eliminar, a proliferação da obscenidade no original. Por outro lado, a publicação de *O amante de Lady Chatterley* em 1982 não é um facto aleatório, antes a consequência de uma decisão editorial

comercialmente “oportunista”: tratava-se de capitalizar o *voyeurisme* do público recém-espectador do filme epónimo de 1981, realizado por Just Jaeckin, em que o papel de Constance é interpretado por Sylvia Kristel. A capa, aliás, procura lembrar isso mesmo, tanto pelo grafismo como pela imagem, apresentando o livro, num gesto legitimador, como “Um dos mais belos clássicos da literatura erótica”. Recorde-se que esta não é uma adaptação “inocente” do romance de Lawrence; o par, realizador e atriz principal, tinham protagonizado em 1973 o famoso *Emmanuelle*, entretanto tornado filme de culto do erotismo, pelo que, quando 8 anos depois *Lady Chatterley’s Lover* é produzido, em versão *kitsch soft-core*, a memória cultural contemporânea não podia deixar de o ver como mais uma reescrita de um “original” já serializado. >>

Apanhada nesta rede intersemiótica, a tradução de Maria Teresa Pereira podia muito bem dispensar a linguagem obscena, que os leitores não reconheceriam do filme, baseado em *The First Lady Chatterley* (Widdowson, 1992: 24), condenada provavelmente a servir de fronteira entre a pornografia e o erotismo para o público da pequena e média burguesia a quem se dirigia a colecção de Livros de Bolso da Europa-América, também provavelmente mais interessado em re-imaginar os nus de Sylvia Kristel e as cenas de sexo com Nicholas Clay.

A minha inquirição, contudo, não deve deter-se aqui. É que esta tradução não pode ser compreendida fora de uma outra rede a que gostaria de chamar intertextual e que integra duas traduções anteriores do texto de Lawrence: a primeira, de António Rodrigues, com Introdução de Lawrence Durrell, publicada em 1970 pela Galeria Panorama e, como seria de esperar, proibida (*Livros proibidos...*, 1981: 56), a segunda, de António Salvador, com Introdução de Harry T. Moore e um Prefácio do Autor, que consiste na tradução de “A Propos of *Lady Chatterley’s Lover*” segundo o modelo da Heinemann Phoenix Edition, publicada em 1975 pelas Edições Delfos e distribuída em 1981 pelo Círculo de Leitores. Aparentemente esta-

mos perante o fenómeno bem conhecido de retradução, mas uma sumária comparação retroactiva dos três textos de chegada basta para concluir diferentemente. Vejamos as versões de 1970 (c) e 1975 (d) dos excertos 1, 2 e 3 e da parte final do excerto 4:

166>167

- 1.c. – Não me perguntes nada. Deixa-me continuar assim. Gosto de ti. Amo-te quando estás aí. É bom ter uma mulher. (246)
- 1.d. – Não me perguntes nada. Deixa-me continuar assim. Gosto de ti. Amo-te quando estás aí. É bom ter uma mulher. (378)
- 2.a. O mundo é todo igual. A realidade humana vai sendo eliminada, um prepúcio, um sexo estão à venda. O próprio amor é uma fornicação mecânica. São todos iguais. Dêem-lhes dinheiro e eles cortam a cauda ao mundo. (252)
- 2.b. O mundo é todo igual. A realidade humana vai sendo eliminada, um prepúcio, um sexo, estão à venda. O próprio amor é uma fornicação mecânica. São todos iguais. Dêem-lhes dinheiro e eles cortam a cauda ao mundo. (386)
- 3.c. E enquanto falava acariciava-lhe as nádegas e dessa carícia emanava uma chama quente. E com os dedos tocava as duas entradas secretas do corpo dela, quentes e suaves.  
– E se evacuas e urinas, tanto melhor. Não quero uma mulher que não evacue e urine.  
Connie mal conseguiu reter uma gargalhada de espanto, mas ele prosseguiu.  
– És mesmo mulher, mesmo mulher. Até um pouco puta. E por aqui evacuas e por aqui urinas, e eu ponho a mão nos dois sítios e gosto de ti por causa disso. (257-58)
- 3.d. E, enquanto falava, acariciava-lhe as nádegas, e, dessa carícia emanava uma chama quente. E com os dedos tocava as duas entradas secretas do corpo dela, quentes e suaves.  
– E se evacuas e urinas, tanto melhor. Não quero uma mulher que não evacue e urine.  
Constance mal conseguiu reter uma gargalhada de espanto, mas ele prosseguiu.  
– És mesmo verdadeira, mesmo mulher. Até um pouco puta. E por aqui evacuas e por aqui urinas, e eu ponho a mão nos dois sítios e gosto de ti por causa disso. (395)

4. c. Estava inclinado sobre ela e fazia-lhe festas na cara.  
 – És muito boa, quando queres.  
 – O que é que isso quer dizer?  
 – Não sabes?  
 – É fazer amor?  
 – Não. Fazer amor é outra coisa. Os animais fazem amor. E tu és um animal a fazer amor. (212-13)
4. d. Estava inclinado sobre ela e fazia-lhe festas na cara.  
 – És muito boa em baixo, quando queres.  
 – O que é que quer isso dizer, em baixo?  
 – Não sabes?  
 – É beijar?  
 – Não. Beijar é outra coisa. Mas tu, oh!, tu és um animal, a fazer amor.

>>

A conclusão que se impõe mesmo ao observador apressado é que se verifica nas três traduções um elevadíssimo grau de coincidência textual, sobretudo, e significativamente, nos casos identificados como problemáticos, o dialecto e a linguagem obscena, donde é lícito inferir que as traduções se vão plagian- do umas às outras. Só esta hipótese se afigura plausível para iluminar a semelhança de opções tradutórias encontradas para solucionar os mesmos problemas. O plágio, evidentemente, não constitui nenhuma explicação a nível superior de racionalidade, mas antes um facto tradutório e cultural a precisar ele próprio de uma explicação que não cabe neste trabalho empreender. Vale a pena, sim, conjecturar que o primeiro tradutor e/ou editor terá acreditado, tal como tantos outros agentes culturais e políticos, nos rumores de “abertura” política do Estado Novo sequente à nomeação de Marcello Caetano como Presidente do Conselho, e experimentado publicar a tradução de um livro “maldito” sob a forma de compromisso: erotismo sem linguagem obscena. Cedo se ficou a saber que com a Censura não havia compromissos. A tradução de 1975, também ela se pode considerar “oportunista”: tratou-se certamente de

um caso, entre tantos outros artefactos culturais como o de Henry Miller já mencionado, de restituição da liberdade de imprensa pela circulação de obras até então proibidas ou censuradas. Claramente o tradutor copiou a tradução anterior com alterações mínimas. A tradutora em 1982, pressionada pelo tempo e/ou pelo editor, claramente copiou a tradução de 1975, de acordo com indícios textuais que julgo incontestáveis. Compare-se, por exemplo, 4.b., 4.c. e 4.d., ou as três versões da espécie de injunção que Mellors dirige a Constance após o célebre monólogo em que interpela John Thomas: "'Lie down!' he said. 'Lie down! Let me come!'" (219). António Rodrigues traduz por "— Deita-te! Deita-te e deixa-me penetrar-te!" (245), evitando o que seria a versão óbvia num modelo totalmente adequado de tradução; António Salvador traduz por "— Deita-te! Deita-te e deixa-me furar-te!" (376), uma alteração talvez ditada pela convicção de que "penetrar" seria um termo demasiado erudito para a linguagem ou do couteiro ou da premissa sexual; Maria Teresa Pereira mantém textualmente esta versão (*vide* 205).

Chegado aqui, hei-de reconhecer, no entanto, que nenhuma das hipóteses avançadas para justificar a oclusão do obsceno nos textos de chegada se revela *por si só* definitivamente persuasiva: nem motivos políticos, nem éticos, nem editoriais bastam, nem sequer aquilo a que chamei "oportunismo". Vejamos que, por muito pressionada que estivesse, a tradutora do texto de 1982, achou tempo para introduzir modificações no seu modelo de 1975, que vão, contraditoriamente, por um lado no sentido de uma maior equivalência formal, para usar um conceito de Eugene Nida (1964: 160) — ilustrável por via da comparação do parágrafo inicial de 3.a., 3.d. e 3.b. —, por outro, no sentido de eliminar os poucos vestígios de obscenidades ainda presentes em 1975, tal como a substituição de "puta" por "prostituta" também no excerto 3. É por isso que me proponho suspender a formulação de hipóteses contextuais em favor da breve exploração de uma hipótese teórica.

Em *Descriptive Translation Studies and Beyond*, Gideon Toury expõe aquilo que ele designa por “leis do comportamento tradutório”, na realidade não universais, mas tendências comportamentais cuja frequência é suficiente para permitir generalizações. Uma destas leis enuncia o seguinte: “a tradução tende a assumir uma posição *periférica* no sistema de chegada, utilizando regra geral modelos secundários e funcionando como importante factor de conservação” (1995: 272). Quer isto dizer que as culturas não são síncronas, coexistem diferentes temporalidades culturais no mesmo espaço-tempo, como, por exemplo, a da literatura “autóctone” e a da literatura traduzida. Esta terá tendência a introduzir no presente códigos ou normas ditos secundários, isto, é, cristalizados, ou automatizados, como diriam os formalistas russos, enquanto que a literatura autóctone se caracterizará pela capacidade de gerar modelos primários, ou inovadores. Tendencialmente periférica, a tradução orientase para uma “crescente padronização” (1995: 267), para a substituição de elementos específicos do texto de partida por convenções já estabelecidas na cultura de chegada. Neste sentido, parece-me admissível argumentar que a singular transfiguração portuguesa de *O amante de Lady Chatterley* pode muito bem ser explicada, numa última instância sobredeterminada, pelo efeito “sistémico” da acção de modelos secundários não só poéticos, mas também éticos e, enfim, ideológicos.

De qualquer modo, o facto incontornável é que, para os leitores da cultura de chegada, a obra de D. H. Lawrence circula há mais de três décadas em versão “bowdlerizada”, a identidade do estrangeiro expropriada, desfigurada, a língua cortada. Talvez que, perante um texto que consistentemente faz oscilar identidades – de género, de classe, de linguagem – a cultura receptora (ou sectores dela), tenham desenvolvido um mecanismo protector da sua própria identidade, uma receita secular e eficaz chamada censura. <<

>>

---

## BIBLIOGRAFIA ∨

Brisset, Annie (1996), *A Sociocritique of Translation: Theatre and Alterity in Quebec, 1968-1988*, trans. R. Gill and R. Gannon, Toronto, Buffalo and London, University of Toronto Press [1990].

Gertzman, Jay A. (1989), *A Descriptive Bibliography of "Lady Chatterley's Lover"*, New York, Greenwood Press.

Lawrence, D. H. (1961), *Lady Chatterley's Lover*, introd. Richard Hoggart, Harmondsworth, Penguin.

-- (1968), "A propos of *Lady Chatterley's Lover*", in Warren Roberts / Harry T. Moore (ed.), *Phoenix II: Uncollected, Unpublished, and Other Prose Works by D. H. Lawrence*, London, Heinemann, pp. 487-515.

-- (1970), *O amante de Lady Chatterley*, trad. António Rodrigues, Alfragide, Galeria Panorama.

-- (1975), *O amante de Lady Chatterley*, trad. António R. Salvador, Lisboa, Delfos.

-- (1982), *O amante de Lady Chatterley*, trad. Maria Teresa Pinto Pereira, Mem Martins, Publicações Europa-América.

Lefevere, André (ed.) (1992), *Translation/History/Culture: A Sourcebook*, London and New York, Routledge.

*Livros proibidos no regime fascista* (1981), Lisboa, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista.

Nida, Eugene (1964), *Toward a Science of Translating*, Leiden, E. J. Brill.

Robyns, Clem (1994), "Translation and Discursive Identity", *Poetics Today*, vol.15, n° 3, pp. 405-428.

Rolph, C. H. (ed.) (1961), *The Trial of Lady Chatterley*, Harmondsworth, Penguin.

Schulte, Rainer / John Biguenet (eds) (1992), *Theories of Translation: An Anthology of Essays from Dryden to Derrida*, Chicago and London, The University of Chicago Press.

Simms, Karl (ed.) (1997), *Translating Sensitive Texts: Linguistic Aspects*, Amsterdam/Atlanta, Rodopi.

Toury, Gideon (1995), *Descriptive Translation Studies and Beyond*, Amsterdam/Philadelphia, John Benjamins.

Venuti, Lawrence (1995), *The Translator's Invisibility: A History of Translation*, London and New York, Routledge.

Venuti, Lawrence (1998), *The Scandals of Translation: Towards an Ethics of Difference*, London and New York, Routledge.

Widdowson, Peter (ed.) (1992), *D. H. Lawrence*, London and New York, Longman.

>>